

*Campus Mesquita*

Curso de Especialização em Educação  
e Divulgação Científica

Leandro R. N. da Silva

Representações da  
população LGBTQIA+ na  
revista Superinteressante

Rio de Janeiro

2022

LEANDRO RODRIGUES NASCIMENTO DA SILVA

**REPRESENTAÇÕES DA POPULAÇÃO LGBTQIA+ NA REVISTA  
SUPERINTERESSANTE**

Pesquisa apresentada ao IFRJ/*campus* Mesquita,  
como cumprimento parcial das exigências para  
conclusão do curso.

Rio de Janeiro  
2022

LEANDRO RODRIGUES NASCIMENTO DA SILVA

Lêda Glicério Mendonça  
Beatriz Brandão

Representações da população LGBTQIA+ na revista  
Superinteressante

Artigo apresentado ao Instituto Federal do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção de pós-graduado em Educação e Divulgação Científica

*Campus Mesquita*  
2022

S586r

Silva, Leandro Rodrigues Nascimento da.  
Representações da população LGBTQIA+ na Revista  
Superinteressante. Rio de Janeiro: Mesquita, 2022.

37 p.

Trabalho de Conclusão (Curso especialização em Educação e  
Divulgação Científica do Programa de Pós-Graduação Lato Sensu em  
Educação e Divulgação Científica.) do IFRJ / Campus Mesquita, 2022.

Orientadora: Prof. Dr<sup>a</sup>. Leda Glicéria mendonça.

Co-orientadora: Prof. Dr<sup>a</sup>. Beatriz Brandão

1. Jornalismo Científico. 2. Divulgação Científica. 3. LGBTQIA+.  
4. Revista Superinteressante. I. Silva, Leandro Rodrigues Nascimento da.  
II. Instituto Federal do Rio de Janeiro. III. Título.

TCC/IFRJ/CMesq EDC/PG

Acervo Campus Mesquita  
Ficha catalográfica elaborada por  
Marcos F. de Araujo.  
CRB<sub>7</sub> / 3600.

LEANDRO RODRIGUES NASCIMENTO DA SILVA

REPRESENTAÇÕES DA POPULAÇÃO LGBTQIA+ NA REVISTA  
SUPERINTERESSANTE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do grau de especialista em Educação e Divulgação Científica.

Aprovado em: 23/07/2022.

Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente  
gov.br LEDA GLICERIO MENDONÇA  
Data: 29/07/2022 14:17:31 -0300  
Verifique em <https://verificador.ibr.br>

---

Prof. Dra. Lêda Glicéria Mendonça – (Orientadora)  
Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ)



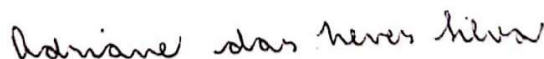
---

Prof. Dra. Beatriz Brandão – (Coorientadora)  
Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ)



---

Prof. Dra. Fernanda Azevedo Veneu (membra interna)  
Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ)



---

Prof. Dra. Adriana das Neves Silva (membra externa)  
Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ)

## **AGRADECIMENTOS:**

Agradeço a Deus pela dádiva da vida. Agradeço à Igreja Católica Apostólica Romana pela inspiração promanada de seus santos e de suas santas que não cessam de interceder por nós. Agradeço ao meu companheiro, Eliezer Gonçalves Cordeiro, pela sempre ajuda e auxílio nos momentos em que eu precisava.

Agradeço em especial ao Partido dos Trabalhadores, que sempre, na figura de seus teóricos mais velhos, sempre instiga a sua juventude ao aprimoramento de seu ser por meio dos estudos e da ação refletida sobre o mundo e sobre a sociedade.

Agradeço todos os professores e professoras do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) que ministraram nas turmas em que fui aluno o ensino com muita competência, ética profissional e compromisso. À Marta Abdala e Lúcia Glicério faço um agradecimento todo amoroso e especial, pois foram elas quem atentamente se dedicaram a tecer críticas construtivas ao trabalho ora composto.

Por fim, lá vem a cereja do bolo: agradeço as melhores e mais competentes orientadoras do mundo: Lêda Glicério e Beatriz Brandão. Juntas, elas tiveram paciência, amorosidade e muito cuidado técnico para que este aluno pudesse produzir um texto qualificado e promotor do avanço científico no que tange a área das Ciências Humanas.

## RESUMO

Este artigo é o resultado de uma pesquisa realizada para a obtenção do grau de especialista em Educação e Divulgação Científica. Buscou-se neste trabalho investigar como a população LGBTQIA+ é caracterizada na revista de divulgação científica Superinteressante entre os anos de 2016 a 2020. Utilizou-se como abordagem a metodologia quali-quantitativa na colheita do material estudado. Dos anos citados anteriormente, analisamos 60 edições da Super – como também é conhecido o periódico – e mais de 2 mil reportagens. Como resultado das investigações, foram selecionadas 10 reportagens foi feita uma comparação com os resultados encontrados em 2013 por Marcos Eugênio Maes e Daniela Tomio, que, em pesquisa anterior, concluíram que a referida população era representada na revista Super com menos de 1% dos textos publicados. Foi possível concluir nesta reedição do estudo realizado pelos autores citados, que essa representação se deu em 0,37% das reportagens analisadas entre 2016 a 2020. Não obstante, este estudo concluiu que as poucas matérias dedicadas à população LGBTQIA+ não apresentam visão pejorativa e/ou LGBTQIA+fóbica acerca do tema; apresenta, antes de tudo, um discurso crítico sobre as vivências da população citada.

Palavras-Chave: Jornalismo Científico. Divulgação Científica. LGBTQIA+. Revista Superinteressante.

## **ABSTRACT**

*This article is the result of a research carried out to obtain the degree of specialist in Science Education and Dissemination. The aim of this work was to investigate how the LGBTQIA+ population is characterized in the scientific dissemination magazine Superinteressante between the years 2016 to 2020. The quantitative-qualitative methodology was used as an approach in the collection of the material studied. From the years mentioned above, we analyzed 60 editions of Super – as the periodical is also known – and more than 2 thousand reports. As a result of the investigations, 10 reports were selected and a comparison was made with the results found in 2013 by Marcos Eugênio Maes and Daniela Tomio, who, in a previous research, concluded that the referred population was represented in the Super magazine with less than 1% of the texts. published. It was possible to conclude in this reissue of the study carried out by the aforementioned authors, that this representation occurred in 0.37% of the analyzed reports between 2016 and 2020. However, this study concluded that the few articles dedicated to the LGBTQIA+ population do not present a pejorative view and/ or LGBTQIA+phobic about the topic; presents, first of all, a critical discourse on the experiences of the mentioned population.*

*Keywords: Scientific journalism. Scientific divulgation. LGBTQIA+. Superinteresting Magazine.*



## SUMÁRIO

<b>1. Introdução.....</b>	<b>6</b>
<b>2. A Divulgação Científica na revista Superinteressante.....</b>	<b>8</b>
<b>3. As “minorias sexuais” na história do século XX.....</b>	<b>9</b>
<b>4. Educação formal, informal e não formal: lugares outros de aprendizagens....</b>	<b>13</b>
<b>5. Percursos Metodológicos.....</b>	<b>15</b>
<b>6. Resultados e discussão.....</b>	<b>18</b>
<b>7. Considerações finais.....</b>	<b>27</b>
<b>8. Referências.....</b>	<b>29</b>

## INTRODUÇÃO:

Esta pesquisa é o resultado de um trabalho realizado como critério parcial para a obtenção do título de pós-graduação em Educação e Divulgação Científica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ). Produzida por um jovem gay radical, militante pelos direitos humanos e pela comunidade LGBTQIA+, buscou investigar como a já referida comunidade era representada na revista de divulgação científica *Superinteressante*.

Como ação teórico-ativista do pesquisador que produziu esta pesquisa, buscou-se investigar um tema que desde sempre lhe caro enquanto um sujeito gay, morador da Baixada Fluminense e vítima de uma série de achincalhamentos por conta de sua orientação sexual. Este estudo, realizado com todo o rigor metodológico que se exige de uma pesquisa científica, visou discutir esses corpos “ausentes” em boa parte da produção acadêmica contemporânea. Escrever sobre pessoas LGBTQIA+, seja mediante quaisquer dados achados no decurso da pesquisa, é, também, interromper uma história de violências por falta de “conhecimento” ainda tão alegado nos casos de LGBTQIA+fobia.

A intenção de se fazer essa investigação surgiu porque após 2016, com o *impeachment* sofrido pelo governo da presidenta Dilma Rousseff, percebeu-se um recrudescimento de discursos de ódio, machistas, sexistas e LGBTQIA+fóbicos que grassaram na sociedade brasileira por uma onda direitista-conservadora que caiu nas graças da opinião pública ludibriada por um “mito” solucionador de todas as mazelas até então vividas pelos brasileiros.

Esse movimento negador dos direitos conquistados por grupos marginalizados, apesar de ter eclodido em 2016, possuía raízes em 2014, com o surgimento do já inerte movimento Escola Sem Partido (ESP). Considerando esse cenário de retrocesso, embarcou-se na aventura de se pesquisar e contribuir para a discussão levantada por movimentos feministas e LGBTQIA+ sobre representatividade em lugares importantes para a organicidade da vida em sociedade.

O periódico de circulação nacional que é a revista Superinteressante – também conhecida como Super – foi o veículo informativo escolhido para as nossas análises. Surgida em 1987, ela é uma revista de publicação mensal, e pertencente ao grupo editorial Abril. Ao longo de investigações preliminares, descobriu-se um trabalho muito bem estruturado semelhante ao que desejávamos realizar na revista.

O trabalho científico ao qual nos referimos fora produzido por Marcos Eugênio Maes e por Daniela Tomio, ambos os autores são da Universidade Regional de Brumenau cujo título da pesquisa é *A Divulgação Científica sobre orientação e diversidade sexual: características das informações veiculadas pela revista Superinteressante Magazine*. O trabalho realizado por eles foi publicado em 2013, e se dedicou a investigar as edições da revista entre os anos 2000 a 2010.

Diante do exposto, é que aqui se propõe uma reedição do estudo compreendendo um outro período demarcado entre os anos de 2016 a 2020 pelas explicações já defraudadas anteriormente; e após os dados colhidos, foram realizadas comparações ao longo da seção “Resultados e Discussões” entre os nossos resultados e os dos pesquisadores que nos antecederam. Este trabalho se inicia historiando a divulgação científica na revista Super, e, após, contextualizando as ditas “minorias sexuais” no Brasil no limiar do século XX.

Em seguida, trazemos reflexões sobre modos de aprendizagens formais, não formais e informais para discorrermos acerca de como é possível se (des)educar através de periódicos que se dedicam a ofertar ao público-leitor informações científicas confiáveis e em linguagem deleitosa. Na seção “Percurso Metodológico”, descrevemos a abordagem quali-quantitativa utilizada na busca e na interpretação dos dados colhidos.

Os resultados deste trabalho não foram muito diferentes dos encontrados por Marcos Eugênio Maes e Daniela Tomio, mas foram um pouco a baixo do que se havia encontrado nas análises destes últimos. Os referidos autores concluíram que os temas ligados à população LGBTQIA+ compreendiam um universo de 1% no que tange a produção total da revista nos anos analisados; já o presente estudo encontrou apenas 0,37% de reportagens que em sua maioria

– sequer tratavam especificamente da população LGBTQIA+ – apenas citavam as palavras-chave utilizadas como ferramenta de busca.

## **A DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA NA REVISTA SUPERINTERESSANTE:**

A ciência tem se afirmado socialmente no mundo contemporâneo como ferramenta estratégica para as áreas da economia, da política, da tecnologia, da cultura etc. Isso engendra uma nova reconfiguração da tríade *ciência, poder e sociedade*, fazendo com que, uma vez o seu interesse institucionalizado e outorgado pelo gosto popular, se torne também objeto mercantil a ser veiculado por múltiplos órgãos de comunicação social. Esse processo mercantil da divulgação da ciência implica na sociedade uma maior e mais ligeira assimilação na vida cotidiana dos artefatos culturais, tecnológicos – entendendo tecnologias numa perspectiva social, não só eletrônica – de consumo, de manutenção à vida dado a rapidez com que ocorrem no campo da divulgação. “Nesse contexto, torna-se crucial o modo pelo qual a sociedade percebe a atividade científica e absorve seus resultados, bem como os tipos e canais de informação científica a que tem acesso” (ALBAGLI, p. 396, 1996).

Portanto, uma ciência que bem informe os cidadãos é uma ciência que também pode ser utilizada como ferramenta estratégica para se fazer esgarçar as desigualdades históricas instituídas no decurso da construção do Brasil. Como nos diz Luiz Felipe Santoro Dantas e Eline Deccache Maia (2020), a divulgação científica pode ser feita por múltiplos meios, e um dos mais conhecidos que temos no Brasil são as revistas como a *Ciência Hoje*, *Galileu*, e, a nossa escolhida para desenvolver esta pesquisa, *Superinteressante*. A revista *Superinteressante* iniciou suas atividades em setembro de 1987 e publica textos de divulgação científica mensalmente, o que faz com que ao ano ela tenha um número de 12 edições, com quantidades de textos que variam de acordo com o arranjo temático (ABRIL, 2020). O material – a revista *Super*, como também é chamada – foi escolhida por se tratar de um periódico de divulgação científica, sendo, se comparada à *Ciência Hoje* e à revista *Galileu*, de fácil alcance pela disponibilidade de conteúdo aberto na sua página da internet. Assim, para facilitar a busca, optamos pela revista ora citada. O que também foi preponderante em escolhê-la foi a maneira como ela utiliza os títulos das matérias para chamar a atenção dos leitores.

No trabalho que tomamos como base de comparação, conduzido por Maes e Tomio (2013), foi apurado que no período de 2000 até 2010 foram publicados um pouco menos de 1% de textos relacionados a população LGBTQIA+. Dentre as reportagens recortadas, os temas principais delas eram: pedofilia, religião, AIDS, homossexualidade e diversidade sexual, personalidades famosas, sexo e comportamento sexual e curiosidades. Daí, já foi possível observar que a população em foco, no primeiro período desse estudo foi sub-representada e relacionada a imagens estereotipadas, como concluem os autores.

Na história da revista Superinteressante, cabe notar que o grupo editorial que hoje a publica comprou os direitos editoriais da revista espanhola *Muy Interesante*. O grupo que a comprou, à época, articulava uma publicação da revista no Brasil fazendo apenas traduções do conteúdo, o que já ocorria em outros países com o mesmo periódico, como na França e Alemanha, dentre outros. Contudo, ao descobrir que as chapas utilizadas no processo de impressão eram maiores do que as do modelo brasileiro, os editores e novos donas da revista decidiram por bem produzir as suas próprias reportagens. Isso levou a uma mudança curiosa: ao invés de importar matérias, a sua dinâmica atual é a de exportar as reportagens para as filiais no exterior. Isso implica dizer algo interessante: muito do que se produz de ciência hoje em nosso país, é veiculado para fora dele por meio das edições da Super. Esse é outro aspecto importante que nos motiva a empreender a pesquisa que ora se apresenta (ABRIL, 2020).

No ano de 2007, a Editora Abril tornou o seu conteúdo público na *internet*, o que fez crescer o seu número de leitores. Outro ponto importante para destacarmos na história da revista ora em análise é que, depois de anos publicando apenas matérias sobre a área das ciências exatas e biológicas, ela passou também a publicar artigos produzidos a partir de pesquisas realizadas na área de ciências humanas. Esse mesmo movimento é percebido com relação à revista Galileu, que tem, desde 2010, expandido os seus artigos para temas da área das ciências sociais. Assim, no que tange a revista Superinteressante, cujos editores parecem estar preocupados em informar o público leigo a cada ano de maneira mais abrangente, e pela sua amplitude e facilidade de acesso,

como nos lembra Maes e Tomio (2013), é que objetivamos, por meio de uma pesquisa quali-quantitativa, caracterizar as reportagens sobre a população LGBTQIA+ ou que a ela faça referência.

### **AS “MINORIAS SEXUAIS” NA HISTÓRIA DO SÉCULO XX:**

No final do século XX, uma lacuna político-ideológica advinda das lutas pró-democracia, somada ao recrudescimento de práticas religiosas solidamente institucionalizadas e a crise do capitalismo, produziram profícuo ambiente para execrações morais, que influenciaram no trato social para com as identidades sexuais e de gênero. As ditas “minorias sexuais” – aqui colocamos toda a comunidade LGBTQIA+, que à época não era assim nomeada – foram alvo taxativo de um novo modelo fundamentalista político-empresarial. Isso as tornou o epicentro do esgotamento moral daqueles tempos, conseguindo, por meio do acionamento do pânico moral, coligar blocos políticos – que hoje nomeamos de “bancadas” – multiformes, a exemplo: a bancada ruralista; evangélica; e, uma das mais expoentes no adensamento do discurso pró-família-tradicional, a bancada católica (TREVISAN, 2018).

Elenca-se como ponto de partida para a compreensão da visão que se tinha no Brasil da comunidade LGBTQIA+ o século XX porque é nele, com a derrocada do comunismo, que se difundirá uma ideia radicalizada sobre o consumo de massa em economias globalizadas. Tornadas hegemônicas as leis do mercado, ao mesmo tempo em que o final do século experimentará um acirramento de discursos moralizantes e desqualificadores de todas as identidades sexuais e de gênero que não fossem a cisheteronormativa, também terá de lidar, sob certo aspecto, com a dependência do mercado. O que desejamos argumentar, dito de outro modo, é que a cultura brasileira, via “ciência”, via religião – católica, evangélica... – criminalizava as “minorias sexuais”, mas era também obrigada a ceder espaços de representações a estas ensejados pelo oportunismo do lucro.

Isso explica o que João Silvério Trevisan (2018) nota na obra *Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da Colônia à atualidade*. O estudioso e militante gay observa que a visão mercadológica de consumo coloca no ar, por meio de novelas e matérias jornalísticas, casais gays em evidencia pelo poder

aquisitivo que, à época, já era demonstrado em reportagens jornalísticas e pesquisas de instituições econômicas. Assim, ainda sobre a importância do olhar político para a comunidade LGBTQIA+, essa agenda foi alvo de muitos investimentos, principalmente a partir de 2004, ano em que foi criado o programa *Brasil sem Homofobia*. Esse programa constituiu-se de amplas recomendações aos distintos setores do governo, no intuito de assegurar políticas, programas e ações contra a discriminação e que, sobretudo, promovessem a equidade no acesso aos serviços públicos entre pessoas LGBTQIA+ e pessoas cisgêneras (BRASIL, 2004). Estes eram os tempos do governo do Partido dos Trabalhadores (PT).

Em síntese do que foi dito anteriormente, o crescimento das religiões neopentecostais estabeleceram, a partir de 2016, um novo padrão político – pelo menos a nível de Congresso Nacional – comprometido com o lucro material e desconexo com o puritanismo dos grupos tradicionais pentecostais. Vide o caso expressivo da Igreja Universal do Reino de Deus, a qual estabelece uma verdadeira relação de troca com Deus, em que o fiel ganhará mais se estiver disposto a doar cada vez mais dos seus bens não aos pobres, mas para a igreja. A referida instituição, como representante expoente do que salientamos, expressa também o forte controle moral o qual deseja instituir com o convite público – na TV aberta, no rádio, por meio dos jornais semanais distribuídos ao término de seus cultos de domingo – para que se retire os “demônios” de dentro de si. Em nome de um novo modelo consumista, o religioso, o ódio contra pessoas LGBTQIA+ se refaz por meio dos novos empresários: os da fé e da moral (TREVISAN, 2018).

Ou seja, o que já havia de plano político-religioso no microcosmo político – nas câmaras municipais – para se advogar por uma bandeira da moralidade, como dito, a partir da primeira década do século XXI se transferirá para o plano da macropolítica – o Congresso Nacional e o Senado Federal – até que, em 2018, temos o corolário do retrocesso no que tange o avanço dos direitos das pessoas LGBTQIA+ com a eleição do presidente Jair Messias Bolsonaro; é o que mostra o dossiê *Corpos negros LGBTQIAP+ em trânsito na política brasileira*, publicado pela Revista África e Africanidades, e organizado por Ana Lúcia Dias dos Santos e Leandro Rodrigues Nascimento da Silva (2022). Porém,



até aqui se discorreu sobre as influências e confluências sociais advindas em parte pelo meio político, empresarial, e em parte pelo bloco religioso. Todavia, como afirma o professor Silvio Luiz de Almeida (2021), não se constrói racismos nas sociedades e grupos racializados – caso expresso da população LGBTQIA+, como já demonstrado em pesquisas diversas e em obras de relevância, caso do livro *Transfeminismo* (2021), de autoria da professora travesti Letícia Nascimento; e o livro *Poética da Diferença: um olhar queer* (2014), de autoria do professor Rick J. Santos etc. – sem que antes não se submeta o pensamento racista a uma racionalização.

Este processo de racionalizar a discriminação e torná-la aceitável pode advir da religião, da ciência e de outras áreas que conseguem explicar “logicamente” o motivo discriminatório, mas não o podem justificar. Em síntese, o pensamento racista “explica” mas não justifica a sua ação sobre os grupos racializados. Esse processo mútuo de áreas que se influenciam na disputa por racionalizar o pensamento discriminatório contra pessoas LGBTQIA+ ocorreu no Brasil com o aval da ciência. Ou melhor, ocorreu ensejado sempre pela onda e em nome do novo conhecimento científico veiculado em canais multiformes e de relevância na vida social, como nos digitais, sonoros, literários e, por isso, educativos (NASCIMENTO, 2021; ROSITO, 2022). Educação e divulgação científica possuem um estreito laço que produz relações de poder que ora pode ser libertador ora pode ser reproduzidor das desigualdades identificadas (DANTAS; DECCACHE-MAIA, 2021). Para bem ilustrar na história essa argumentação, falemos do clássico *Guia de Medicina Homeopática*, do Dr. Nilo Cairo, que foi um importante material de ensino para os médicos psiquiatras do século XX. Com um capítulo inteiro dedicado às “desordens sexuais”, o livro oferecia tratamento medicamentoso a fim de que homens gays e mulheres lésbicas pudessem se regenerar a uma matriz que se supunha ser a “normal”, “original”, “natural”. “Além desse guia ter circulado nos consultórios homeopáticos, outras medicinas ‘alternativas’ alimentavam preconceitos com raízes pretensamente científicas” (TREVISAN, 2018, p. 157).

Nessa relação entre conhecimento científico homeopático e psiquiátrico, Maes e Tomio (2013) notam que com o desenvolvimento da psiquiatria o “homossexualismo” – nunca esquecendo de que todas as outras identidades

LGBTQIA+ estavam amontoadas nesse conceito – deixa de ser visto como crime e passa a ser tratado como doença, daí o sufixo *ismo*, que conota doença. De acordo com Lêda Glicério Mendonça et. al. (2021), é no século XX que diversos movimentos sociais questionaram os valores morais relacionados à sexualidade que, em certa medida, tem a ver com a visão estruturalista do sexo biológico sobre o corpo e os possíveis caminhos para os quais se direcionará a sexualidade do sujeito. Este argumento da homossexualidade como doença muito será utilizado, até os dias atuais, por líderes políticos e neopentecostais para desqualificar outras identidades sexuais e de gênero, não raro, recorrendo à ideias pretensamente científicas que circulavam em décadas passadas. Daí, a importância de fazer circular novos conhecimentos para que novas realidades sejam mais bem compreendidas. Assim, é crucial debater a prática de se fazer e de se divulgar ciência como uma prática também educativa. Sabermos com aprendemos e o que aprendemos é relevante para a construção de uma comunidade crítica. É possível se falar em educação quando estou lendo uma revista? Quando estou assistindo a uma série nas plataformas de *streaming* existentes? A educação ocorre só dentro dos muros das escolas? A essas questões passamos a refletir a seguir.

## **EDUCAÇÃO FORMAL, INFORMAL E NÃO FORMAL: LUGARES OUTROS DE APRENDIZAGENS**

Como dito anteriormente, as práticas discriminatórias, que racializam grupos entendidos como minoritários passa por um processo de produção de uma “verdade” que busca legitimar a ação degradante praticada pelos grupos que se autodenominam “naturais”, “normais” contra os entendidos como “minoritários” (FOUCAULT, 2006). Esse processo, que (des)organiza de certo modo a vida social, não consegue se estabelecer e ter sucesso sem que ensine – o verbo é ensinar mesmo – as pessoas a pensarem irrefletidamente (FANON, 2020; HOOKS, 2020). Como afirma bell hooks (2020), em *Ensinando Pensando Crítico: sabedoria prática*, pensar é uma ação. E essa ação deve ultrapassar as fronteiras de raça, de classe, de gênero. Portanto, todo o pesquisador, professor, jornalista etc. comprometido com uma sociedade mais justa e igualitária deveria, antes de tudo, enxergar-se como um cidadão da mudança, da ação

transformadora, do pensando transformador, e, por fim, como um educador em suas mais diversas modalidades (FREIRE, 2006).

Então, são importantes as noções de educação formal, informal e não formal para pensarmos ações que eduquem para a diversidade? Partimos da premissa que sim. No que este estudo se propõe a desenvolver – que é a investigação de como a comunidade LGBTQIA+ figura nas edições da revista Superinteressante – qual seria a modalidade de educação mais apropriada para nos referirmos aos textos veiculados por meio de jornais e revistas? Nesta subseção, é o que procuraremos responder. De acordo com Martha Marandino (2017), ao longo dos últimos anos, os debates em educação cada vez mais arrolam como lugares de análise os chamados “espaços de educação não formais”. A autora nos adverte que esses espaços não são de simples conceituação visto a divergência no meio teórico que há. O fato é que autores de língua inglesa utilizam o termo *informal science education* (educação informal em ciências) ou *informal Science learning* (aprendizagem informal em ciências) para todo o tipo de aprendizagem que pode ocorrer em centros de ciência; feiras e mostras científicas; exposições; no trabalho; em casa e pelos múltiplos veículos de comunicação, como os jornais e as revistas; bem como em programas de TV que se dediquem a esse fim.

Marandino (2017) faz uma importante observação ao afirmar que, no Brasil e na América Latina, o termo “educação não formal” foi muito utilizado por movimentos político-sociais nos anos de 1960, 1970 e 1980, sendo, portanto, associado massivamente à uma educação política. “Nos dias atuais, contudo, encontramos referências na literatura que optam por utilizar outras expressões e conceitos que se aproximam da ideia de não formal como “pedagogia social”, “educação social” [...] (MARANDINO, 2017, p. 2). Isso porque há uma diferenciação entre os três conceitos de educação que ora abrimos em tema essa subseção. Para Marandino (2017), a “educação formal” pode ser entendida como o sistema de educação estruturado, organizado em torno de um currículo e cronologicamente graduado; por lei, essa modalidade de educação é amparada pela legislação vigente, compreendendo o período escolar básico ao universitário.

A modalidade de “educação informal” compreende um processo mais amplo, extenso e itinerante, que se transforma e se atualiza ao longo da vida do aprendiz. Nela, o indivíduo constrói valores, experimenta experiências cotidianas de seu meio que o auxilia a viver. As diversas mídias de massa, tais como a televisão e os outros veículos tradicionais de informação também fazem parte dessa modalidade educativa. Porém, gostaríamos de estabelecer uma cisão didática entre a modalidade informal e a não formal. Compreendemos que o leitor assinante da revista Superinteressante busca elementos que, de certa maneira, o eduque, o atualize de maneira informal. Porque a educação não formal, conceituada por Marandino (2017), é aquela em que não deixa de ser uma atividade organizada, como um curso, uma roda de conversa etc. fora do sistema oficial de ensino, mas que pretende servir a clientes previamente identificados como aprendizes que buscam, taxativamente, objetivos de aprendizagem. Assim, há uma diferenciação muito nítida de um leitor de revistas que, muito embora aprenda na leitura, também pode buscar esse material com finalidade de lazer.

Assim, o leitor da revista Superinteressante visa aprender sobre ciência e as discussões atuais que circulam no meio acadêmico, mas de maneira mais facilitada e acessível. Portanto, se a educação é o ato de pensar (HOOKS, 2020) e todas as suas modalidades têm por finalidade a construção de uma comunidade de aprendizagem sobre algo que seja útil, logo, verifica-se que há uma estreita relação entre: educar, pensar, e poder. Pensamos de determinada maneira porque fomos educados, e agimos sobre o outro e sobre nós mesmos com base no que nos foi outorgado socialmente. Daí, diz-nos Paulo Freire (2006), em *Educação como prática da liberdade*, que fica evidente a necessidade de se pensar criticamente os meios pelos quais aprendemos, pois é só assim que o homem e a mulher conseguirão tomar consciência de si e do seu inacabamento, superando a passividade acomodativa que fazem com que se negue a aprendizagem das coisas do nosso tempo. Dessa maneira, investigar os saberes que são veiculados pela revista ora em questão é importante a fim de que se caracterize qual é o grau de importância que o corpo editorial do periódico confere à população LGBTQIA+ e como os leitores desse periódico enxerga, por meio das reportagens da revista, essa temática.

## PERCURSOS METODOLÓGICOS:

Para explicar a abordagem escolhida para nos auxiliar na interpretação dos dados é preciso falarmos que uma das maiores discussões nos debates atuais sobre ciências humanas diz respeito à abordagem metodológica. Muito se questiona e se critica a prevalência da abordagem qualitativa sobre a quantitativa. Porém, de acordo com Kallcia Rezende Souza e Maria Teresa Miceli Kerbauy (2017) – em artigo intitulado *Abordagem quanti-qualitativa: superação da dicotomia quantitativa-qualitativa na pesquisa em educação* – as autoras dirão que o que torna a ciência indispensável é que os dados da realidade não são tão clarividentes como gostaríamos. O entendimento dos fenômenos reais passam por um processo constitutivo de movimentos intencionais, naturais etc. que precarizam a simples compreensão humana do real. E para nos auxiliar na compreensão melhor do fenômeno estudado, é preciso compreender as características da pesquisa quanti-qualitativa (ou vice-versa) desmembrando-a e iniciando pela característica qualitativa.

De acordo com Menga Lüdke e Marli E. D. A. André (1986), há cinco características básicas que definem esse tipo de abordagem: 1) a pesquisa qualitativa tem no pesquisador o seu principal instrumento para a coleta de dados; 2) os dados coletados – sejam eles observacionais ou escritos – são minuciosamente descritivos; 3) a preocupação com o processo é maior do que com o produto – ou seja, o interesse do pesquisador ao se debruçar sobre um determinado problema se verifica mais adensadamente como ele se manifesta nas atividades e procedimentos das interações humanas, cotidianas; 4) os significados que as pessoas dão às coisas em circulação, o que deve ser de total interesse do pesquisador saber; e 5) a análise dos dados tende a seguir um processo de indução – ou seja, a pesquisa qualitativa envolve a obtenção de dados descritivos, daí partir da indução mediante a interação constante do pesquisador com o objeto – no nosso caso, as edições da Revista Super – que gera múltiplos dados e significados.

Cabe ressaltar, de acordo com Arilda Schmidt Godoy (1995), que a abordagem qualitativa não se configura como um exercício de pesquisa rigidamente estruturado. O que a autora deseja dizer é que essa abordagem

permite formas criativas que levam os investigadores a proporem trabalhos que mirem em novos focos, a exemplo dos **documentos**. E por que saliento a palavra “documento”? Porque, costumeiramente, os documentos são considerados importantes fontes de dados – entendemos por documentos uma série de materiais escritos como cartas, revistas, jornais etc. – cumulativos de diversas culturas. Porém, ainda há uma forma de inteligibilidade de se pensar a pesquisa qualitativa somente como um campo em que o pesquisador imerge baseado nas interações humanas do presente.

Assim, o contato direto do pesquisador com o grupo de pessoas que será estudado e preconcebido pela abordagem qualitativa, faz-nos esquecer de que esse contato pode ocorrer por meio dos documentos (GODOY, 1995). Portanto, o exame desse material – os documentos – de múltiplas naturezas escritas, como dissemos, recebendo tratamento analítico adequado, que vise buscar novos sentidos interpretativos complementares, constitui o que Godoy (1995) intitula de “pesquisa documental”. De acordo com E. Maria Lakatos e M. de Andrade Marconi (2010), a pesquisa qualitativa documental pode ser feita com base na coleta de fontes primárias, fontes secundárias e outras fontes. As fontes primárias são de nosso interesse, definidas pelos autores como primárias-contemporâneas e retrospectivas. As primárias-contemporâneas seriam aquelas que são produzidas no momento em que o pesquisador vive e delas possui informações, como é o caso da revista Super. As retrospectivas seriam aquelas fontes que foram produzidas em tempos mais distantes da vida atual do pesquisador, por exemplo qualquer jornal do início do século XX ou XIX.

As fontes que utilizaremos, as primárias-contemporâneas, são discriminadas pelos autores citados anteriormente como: “documentos de arquivos públicos e privados, estatísticas (censos), cartas, contratos, publicações parlamentares e administrativas, bem como revistas, jornais” (LAKATOS; MARCONI, 2010, p. 158). Mas, também utilizaremos as fontes secundárias, pois iremos utilizar uma pesquisa de Maes e Tomio, de 2013. Essa fonte secundária pode ser definida como: “[...] relatórios de pesquisa baseados em trabalho de campo de auxiliares, pesquisa estatística baseada em dados do recenseamento etc.” (LAKATOS; MARCONI, 2010, p. 158).

Dá a importância de se lançar mão da ferramenta científica, que implica método, abordagem, para melhor conseguir selecionar, didaticamente separar os dados e analisá-los.

Dessa maneira, considerando a complexidade dos dados tratados neste estudo, como afirmam Souza e Kerbauy (2017), é preciso que haja uma abordagem que supere a dicotomia quantitativo-qualitativo. Se a abordagem qualitativa, como afirmam as professoras Menga Lüdke e Marli E. D. A. André (1986), nos permite detalhar por minúcia escrita o objeto observado – a revista *Superinteressante* –, reconstruindo os diálogos subjetivos que o próprio pesquisador, como observador estabeleceu no campo de estudo, a pesquisa quantitativa trará o contributo da quantificação dos dados. Essa quantificação se dá tanto no trato do material colhido, como na coleta de informação (SOUZA; KERBAUY, 2017). Assim, se por um lado este estudo careceu da abertura dada pela abordagem qualitativa para dialogar, descrever e analisar os dados, de igual forma necessitou da útil ferramenta alcançada através da abordagem quantitativa na seleção e elaboração estatística do conteúdo. Portanto, optou-se por utilizar nesta pesquisa a abordagem metodológica quanti-qualitativa.

Nossa fonte primária de dados a serem explorados foi a revista de divulgação científica *Superinteressante*. Nela, desfolhamos 60 edições, que foram publicadas de janeiro de 2016 a novembro de 2020. Nessas edições, buscamos investigar se havia matérias sobre a população LGBTQIA+ e como podia ser caracterizada. Diferentemente do site público e cotidiano da revista *Super* – como também é chamada –, no portal em que a revista disponibiliza as edições completas para os seus assinantes não há uma lupa de buscas. Por esse motivo, foi preciso desfolhar as mais de 4 mil páginas em busca das seguintes palavras: homossexualidade, homossexualismo, gay, relação sexual entre iguais, relações sexuais entre homens, lésbica, lesbianismo, orientação sexual, transexualidade, transexual, transgênero, diversidade sexual, orientação sexual, LGBT, LGBTQIA+, LGBTQIAP+. As palavras para a busca foram definidas no estudo de Maes e Tomio (2013); somente acrescentamos as três últimas siglas a fim de ajustar ao vocabulário contemporâneo que se utiliza para identificar a população estudada. Como o nosso trabalho se propõe a fazer uma reedição das análises dos últimos autores citados, realizamos a nossa busca

com as mesmas palavras-chave postuladas por eles, realizando as cabíveis alterações, como dito.

A partir do momento em que notávamos existir algumas dessas palavras, anteriormente arroladas, no título da matéria ou no corpo dela, fazíamos a leitura geral da reportagem a fim de compreendermos em qual contexto ela se deu. Após, separamos as matérias por área de gênero, como proposto na obra *Gênero, Sexualidade e Geração: intersecções na educação e/m saúde*, organizada pelos professores Fernando Pocahy, Felipe da Silva Ponte de Carvalho, e Dilton Ribeiro Couto Junior (2018). O que chamamos de “separações” identitárias são, na prática, conceituações minuciosas que os autores fazem e que nos auxiliam na compreensão do fenômeno. Após, formulamos dados para que pudesse ficar mais objetivo o que tínhamos em dados. A metodologia retórica que utilizamos foi a da comparação. Quando tínhamos um dado, prontamente evocamos os dados encontrados por Maes e Tomio (2013) para que o leitor do texto tivesse uma leitura comparativa que fluísse.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO:**

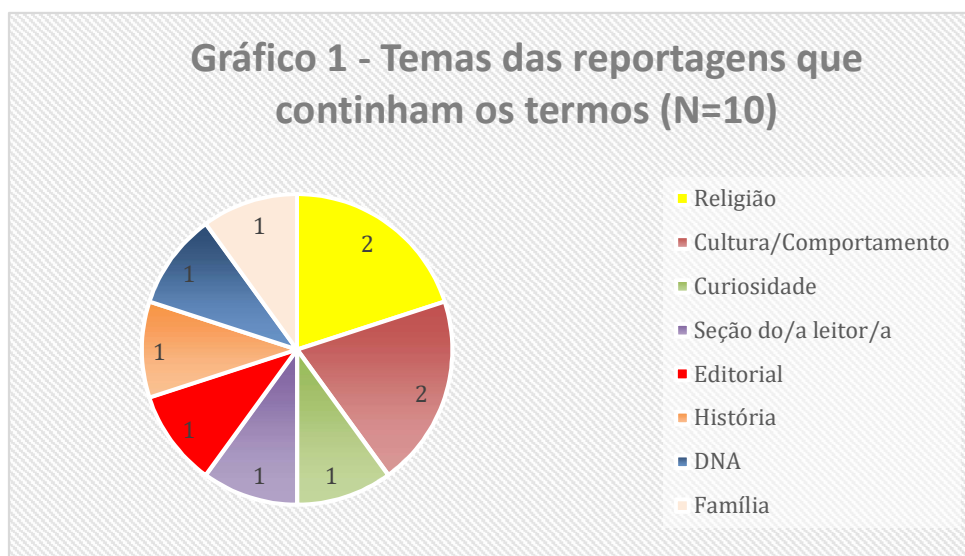
De acordo com os estudos de Maes e Tomio (2013), no ano de 2013 a revista Super possuía tiragem de 361.231 revistas; desse total, 246.207 eram assinaturas e 115.024 eram vendidas em bancas de jornais, de maneira avulsa. Pouco antes, no ano de 2010, a revista possuía tiragem de 400.000 exemplares vendidos, sendo, portanto, a terceira maior revista da Editora Abril à época, perdendo a primeira locação apenas para as revistas *Veja* e *Cláudia*, ambas publicadas pelo mesmo grupo editorial. De acordo com dados do portal da Editora Abril (2020), cuja última atualização dos dados se deu no ano de 2020, a tiragem mensal da revista atingiu a marca de 221.100 exemplares distribuídos. Objetivamente, é possível perceber uma diminuição de quase 50% no volume de exemplares vendidos pelo impacto que a cibercultura produz na maneira de lermos, estudarmos e compartilharmos informações.

Neste estudo, foram analisadas 60 edições da revista Superinteressante; dessas, 50 (83,5%) edições não continham os termos que buscávamos. No levantamento realizado por Maes e Tomio (2013), com um universo de 132



edições analisadas, 85 (64%) não continham os termos buscados pelos pesquisadores. Do total de reportagens e citações encontradas nas 10 edições que separamos – como já dito de modo inverso, por conter os termos que buscávamos – retiramos 10 reportagens. Cada edição das 10 selecionadas possuíam uma reportagem ou um termo citado por algum assinante da revista.

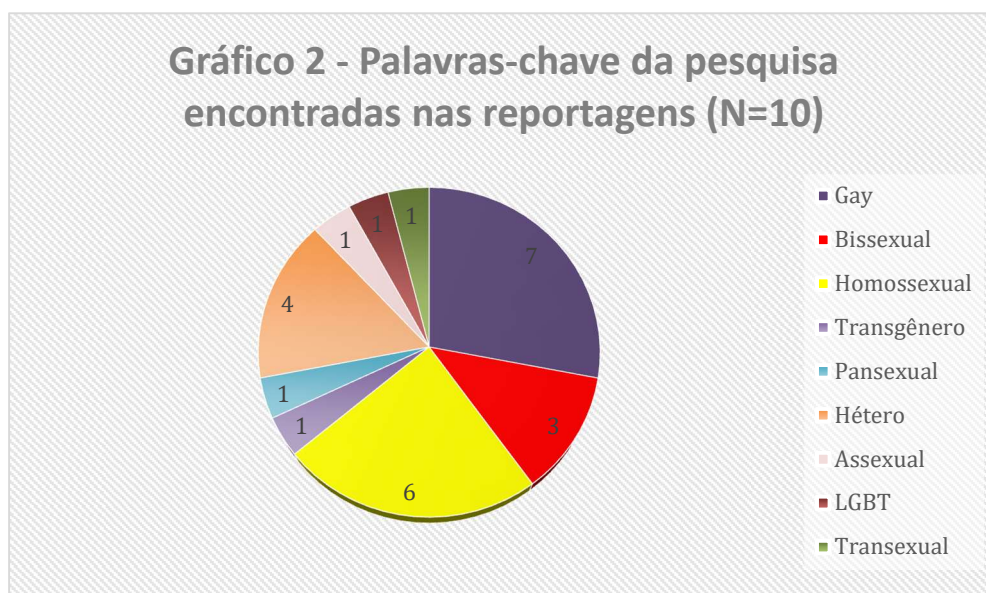
De maneira simples, a revista analisada, assim como nos anos de análise feita por Maes e Tomio (2013), permanece com uma média de 45 reportagens por edição. Considerando o recorte temporal que estabelecemos – 2016 a 2020 – temos um total de 2.970 reportagens. Dessas, como já dito, encontramos apenas 10 que se dedicavam a discorrer ou meramente citar os termos buscados, o que representa um total de 0,37%. Nos achados de Maes e Tomio (2013), chegou-se a um número de 5.940 reportagens ao longo dos 10 anos por eles analisados. Desse total, as reportagens com os termos procurados pelos pesquisadores Maes e Tomio (2013) também não chegavam a 1%. Após a leitura das reportagens, em nosso estudo, separamo-las por temas que figuram no gráfico a seguir:



Fonte: Pesquisa bibliográfica.

Como é possível notar no gráfico 1, a maioria das citações dos termos que buscávamos aparecem nos temas de cultural e comportamento, e da religião. Os termos encontrados foram os seguintes: “assexuais” – vale muito a atenção para este, pois ele, muito embora esteja representado na sigla

LGBTQIA+ pela letra “A”, não figurava em nossas possibilidades de palavras para a busca, visto que Maes e Tomio (2013), pelo contexto de debates da época, com menos amadurecimento do que hoje, não os definiu para tal fim; nem nós o fizemos de maneira isolada da sigla que representa a comunidade estudada – “LGBT”, “heterossexualidade”, “bissexual”, “homossexual”, “pansexual”, “gay”, “héteros”, “transgênero”, “casamento gay”, “beijo entre homens”. A seguir, é possível verificar no gráfico quais são as identidades sexuais e de gênero que apareceram mais vezes como temas centrais das reportagens – atenção para o fato de que em uma única reportagem o enfoque pode ser direcionado para mais de uma identidade elencada:



Fonte: Pesquisa bibliográfica.

Pode-se compreender, a partir dos dados anteriores, que a orientação sexual mais citada é a “gay”. Em sentido oposto, a identidade de gênero de mulheres travestis não foram encontradas; já a identidade de gênero das mulheres e homens transexuais foi citada uma vez. Encontramos a palavra “transgênero” – termo considerado higienizado para se tratar de mulheres trans/travestis (OLIVEIRA, 2017) – em contexto muito indicativo de que era empregada para representar ambas as identidades citadas e que figuraram escassas nas reportagens colhidas. Nota-se, como diz a professora travesti Letícia Carolina (2021), a invisibilização sofrida por mulheres travestis e transexuais no cotidiano. Inclusive nos temas de ciência. De igual maneira,

percebe-se a ausência orientação sexual lésbica, a qual não pareceu nas reportagens lidas. Não obstante, o termo “Transgênero” apareceu na edição de março de 2018 da revista Super por provocação de uma leitora, a qual desejava saber quais eram as regras para a aposentadoria de mulheres e homens transgêneros no Brasil.

Nota-se que a colonialidade de gênero engendra nas organizações sociais latino-americanas e caribenhas um desprezo indissolúvel sobre a identidade feminina que a torna sem valor, sem corpo, sem desejo e sem identidade que mereça citação quando fora da cisheterogeneridade. Não é razoável acreditar que, nos anos analisados, a revista Superinteressante não tenha produzido – ou o tenha feito de maneira escasseada –, nenhuma reportagem sobre o fenômeno social das identidades travestis, transexuais e lésbicas. No universo de 2.700 reportagens, com uma média de 75 páginas por edição o/a leitor/a da Super não ter o tema em mãos para dialogar é, como afirma Silvio Almeida (2021), um racismo informativo promovido pela ignorância do tema. Em um cenário não muito diferente do encontrado por esta pesquisa, Maes e Tomio (2013) notam que sobre as identidades de gênero e orientação sexual: “Estes números levam a crer que o tema seria pouco importante ou digno de discussão para a revista ou até para a sociedade que ela divulga” (2013, p. 28).

FIGURA 1.



Fonte: Superinteressante, 2017, S/V., p. 15.

Na imagem anterior, vemos a reportagem que citamos na qual apareceu o termo “transexual”. Ela traz informações sobre cirurgia de “readequação sexual”. Nesta matéria, há a citação da palavra “transexual” a qual destacamos no gráfico 2. Porém, o que nos chamou a atenção é que a reportagem é redigida em 45 linhas – excluídas as de título e subtítulo –, e em nenhuma delas se diz que o que se trata ali é sobre a saúde de mulheres e homens transgêneros. O leitor da matéria precisa inferir que se fala da CRS (Cirurgia de redesignação sexual) - neovulvovaginoplastia ou faloplastia. A reportagem, originalmente, foi produzida em 2011, mas, republicada em 2017, ano em que já havia todo um conhecimento produzido por pessoas transgêneras e travestis sobre o processo de autodeterminação de seus corpos, e de, inclusive, readequação vocabular não se referindo à cirurgia da qual trata a matéria como uma “readequação sexual”. Embora as revistas gozem de certa autonomia para lidarem com o *marketing* e a publicidade, é moderado pensar que uma revista que lide com publicações de informações científicas esteja sempre atenta a evolução no campo do qual saem as suas reportagens.

A crítica ao título da reportagem – “Como se faz cirurgia para readequação sexual” – é cabível porque a expressão utilizada reforça a ideia de que os corpos cisgêneros são naturais e os corpos transgêneros são artificiais, produtos *cyborgs*. Como questiona a professora travesti Letícia Nascimento (2021), mulheres que fazem rinoplastia não fazem uma “readequação de nariz”; de igual modo, as mulheres cisgênero que colocam silicone não fazem uma “readequação de seios”. Pessoas cisgêneras, de maneira simples, fazem apenas cirurgias. Os corpos trans, a partir daí, merecem o mesmo tipo de tratamento. Outro termo que não aparece na reportagem, mas é muito utilizado socialmente é “processo transexualizador”. Novamente, a ideia de “processo” faz com que compreendamos uma construção do gênero que diz respeito apenas as pessoas trans; é como se as pessoas cisgêneras também não passassem por esse “processo”; é como se essas já nascessem prontas.

Como íamos argumentando anteriormente, o apagamento da identidade transexual em um texto que se fala dela é notório, pois quando a palavra “transexual” aparece na reportagem ela não está nomeando um indivíduo, mas está qualificando – adjetivamento – um substantivo, como é possível ver na descrição do trecho (SUPERINTERESSANTE, 2017, p. 15): “O paciente sai daqui urinando em pé’, diz a responsável pelo **ambulatório de transexuais** do Hospital das Clínicas de São Paulo, Elaine Costa”. [grifo nosso]. Portanto, a língua, sua sintaxe e sua norma revela para o leitor atento a marca representativa que os sujeitos-personagens desempenham no texto. Prestar a atenção nas entrelinhas das palavras é crucial porque, como dizia o médico psiquiatra e psicanalista negro Frantz Fanon (2020, p.31), “Um homem que possui a linguagem possui, por conseguinte, o mundo expresso por essa linguagem e implicado por ela.”. E continua dizendo: “Falar é ser capaz de empregar determinada sintaxe, é se apossar da morfologia de uma ou outra língua, mas é acima de tudo assumir uma cultura, suportar o peso de uma civilização”. Assim, suportando o peso de uma civilização pouco tolerante para com pessoas trans, por meio da escrita, acabamos deixando transparecer equívocos que podem servir de agenciadores e movedores de engrenagens racistas e transfóbicas. Passemos, então, aos dados de produção de reportagens divididos por anos.

Os anos em que mais tiveram reportagens com os termos encontrados foram 2016 e 2018 – ambos empatados com 3 reportagens cada –, seguidos por 2017 e 2019 – também empatados com duas reportagens cada. O ano de 2020 não apresentou nenhum dos termos buscados.

**Quadro 1 – Quadro com o ano, mês de circulação e título das reportagens que continham os termos buscados:**

<b>Ano</b>	<b>Mês</b>	<b>Edição</b>	<b>Título de reportagem / seção</b>
2016	Março	358	Eles não pensam naquilo / seção jornalística
2016	Abril	359	As três faces de Francisco / seção jornalística
2016	Novembro	367	Faça um filho comigo / seção jornalista
2017	Junho	375	Sim, o melhor é falar sobre suicídio / seção jornalística
2017	Novembro	382	Como se faz cirurgia para readequação sexual? / seção jornalística
2018	Março	386	Quais são as regras para a aposentadoria de transgêneros no Brasil? / seção dos leitores

2018	Maio	388	Papa Francisco: revolucionário? Ou um conservador com carisma? / seção jornalística
2018	Dezembro	397	Ciência: o farol das sociedades / seção editorial
2019	Julho	Ed. Especial	O pior hospício do Brasil / seção jornalística
2019	Outubro	408	Não existe gene gay. Porque não é assim que os genes funcionam. / seção jornalística

A matéria da edição de número 358 discorre sobre como as comunidades de pessoas assexuais surgiu, e como ela se organiza politicamente perante uma cultura que a transforma em piada e a relação sexual em compulsão todos os dias. Na matéria destacada da edição 359, o foco é a vida do Papa Francisco em três divisões: política, religiosa e civil. Já a edição de número 367, traz informações sobre formas contemporâneas de reprodução – como a chamada “barriga de aluguel” – e o desejo de pessoas cisgênero e gays de terem filhos sem que para isso precisem engravidar. Na edição 375, a reportagem destacada aborda como o suicídio afeta milhares de pessoas no mundo todo e, de acordo com marcadores sociais da diferença, ele pode ser potencializado, como acontece no caso de pessoas gays. Na edição 382, temos uma matéria bastante visual que mostra, por meio de frutas como a banana, como realizar o que no texto se intitula de “readequação sexual”. Já na edição seguinte da tabela anteriormente apresentada, – 386 – uma leitora deseja saber qual é a regra para a aposentadoria de pessoas transgêneros no Brasil. Em curto texto, é respondida. Na edição 388 teremos, novamente, uma matéria dedicada a falar da vida do Papa Francisco e a analisar os seus primeiros anos de pontificado. Abrindo a edição 397, temos um editorial que citará o “casamento gay” como um direito e a ciência como um símbolo de respeito o qual todos devemos respeitar. É uma crítica tímida aos negacionistas. Na Edição Especial – por isso sem número – de julho de 2019, separamos a matéria que conta a história do pior hospício do Brasil, e como boa parte de seus pacientes eram gays que não estavam loucos, mas que iam para lá com imposição da família para tratar da sua sexualidade “desviante”. Na última edição da tabela, de número 408, a reportagem destacada se dedica a explicar o que é gene, o que é DNA e, por fim, concluir que nenhum deles são provas categóricas suficientes para se basear o argumento de que a homossexualidade é biológica.

Das 10 reportagens analisadas, apenas 1 – cujo título é “Não Existe gene gay. Porque não é assim que os genes funcionam” – se dedicava a explicar os motivos da existência da orientação sexual “gay”. Ao ler o texto, percebemos uma honestidade no que tangia a proposta do estudo divulgado: verificar se existia algum tipo de “gene gay” que fazia com que um homem cisheteromascuino se tornasse gay. O artigo chega a defender, ao final, que os direitos de uma pessoa homossexual devem ser garantidos, não importando se a sua identidade advém de uma marca genética ou da herdabilidade cultural. O texto faz questão de dizer que não se trata da homossexualidade hereditária, cujo argumento foi utilizado pelos nazistas e eugenistas na década de 1930 para assassinar homossexuais que, se vivos, continuaram a propagar aquela “doença”. A reportagem conclui que, “[...] a origem biológica da homossexualidade é irrelevante para o debate ético e moral” (SUPER, 2019, p. 9). A única discordância que havia na matéria com os Estudos LGBTQIA+ é que o texto se refere à orientação sexual como “escolha”, o que é taxativamente superado nas pesquisas contemporâneas.

Nos estudos de Maes e Tomio (2013), acerca da orientação sexual, os pesquisadores notam que das 43 reportagens encontradas que não se dedicavam a explicar as causas da homossexualidade, um quantitativo de 2,3% se referia a ela como sendo uma “opção”. Eles também notaram que 4,7% dessas reportagens – das 43 – utilizavam o termo “homossexualismo” ao invés de se utilizar “homossexualidade”. Em nossos estudos, não se verificou o emprego incorreto nos textos lidos do já superado conceito de “homossexualismo”, que, como dito anteriormente nesta pesquisa, conotava doença. Das 9 reportagens que encontramos neste estudo, as quais não se dedicavam a explicar as causas da homossexualidade, todas simplesmente citavam-nas como expressão da sexualidade ou identidade de gênero, usando os termos que já foram expostos neste trabalho no gráfico 2.

Os autores citados anteriormente – Maes e Tomio 2013 – concluem que das 9 reportagens – das 43 – encontradas por eles que explicavam as causas da homossexualidade, pelo menos 4 faziam-na explicando-a como sendo causada por fatores biológicos, culturais e psicológicos. Nós encontramos apenas 1 reportagem que se dedicava a explicar as causas da

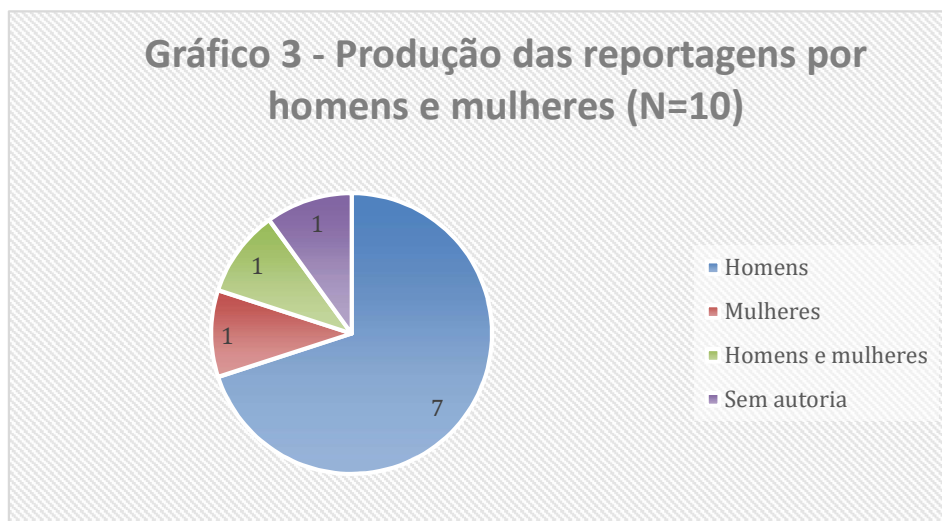
homossexualidade, e ela – a reportagem – a explicava sem termos específicos que denominássemos de “homossexualidade”, mas havia um esforço para se desbiologizar a origem do fenômeno. Neste ponto, há uma discordância teórica entre esta pesquisa e a de Maes e Tomio (2013). De acordo com Judith Butler (2020), a figura assumida pela cisgeneridade sempre pressupõe uma verdade do gênero que se estabelece no corpo biológico. Busca-se um “gene” gay mas, ao contrário, não se busca um “gene” hétero, pois se imagina que este último é a matriz natural, biologicamente verdadeira e que, por isso mesmo, não carece de se explicar à ciência biopsicológica. Daí, rejeitando a ideia essencialista de gênero, é que abrimos a divergência, que cabe ressaltar: pode-se dever a fatores cronológicos de novas epistemologias.

Michel Foucault (2006), filósofo gay e crítico da Modernidade, nota que esse “esforço de verdade” para se produzir uma “verdade” sobre os sexos nada mais objetiva do que se produzir a higienização de outras maneiras de se viver os intercursos sexuais que não os heteroafetivos. Uma vez consolidada essa “verdade” sexual, entendida como predisposição biológica, estabiliza-se o poder do sexo-rei. Para a pesquisadora travesti Sara Wagner Pimenta Gonçalves Junior (2018), o sexo não vem antes do discurso. O discurso produz a “verdade” do sexo e de suas possibilidades. A professora e mulher transexual Amara Moira Rodovalho (2017) – em artigo intitulado *O cis pelo trans* – seguindo a mesma formulação teórica, nota que por essa produção discursiva do sexo, da satisfação sexual e das possibilidades identitárias por ele engendradas, as mulheres travestis e transexuais nunca alcançariam uma explicação “satisfatória” diante da matriz “natural”, visto que não são gays, e não são mulheres cisgênero.

Porém, retornando ao ponto anterior da discordância com Maes e Tomio (2013), eles notam como algo positivo que as reportagens da revista deixam sempre em aberto as possíveis motivações da existência da homossexualidade. Com base na nossa experiência exploratória, concordamos com os autores, e salientamos que há reportagens – como a *Sim, o melhor é falar sobre suicídio* (SUPERINTERESSANTE, ed. 375, 2017) – que salientam como que os números de suicídio entre pessoas gays são muito maiores do que em pessoas cisheteronormativas. A explicação dada pela reportagem é que o grau de sofrimento imposto pelo preconceito social faz com que essas pessoas sofram



mais e desenvolvam pensamentos suicidas quando não assistidas de maneira adequadas. Sobre a produção das reportagens, é interessante notar que as matérias, as 10 analisadas neste estudo, são, em sua maioria, escritas por homens. Sete foram escritas por homens; uma foi escrita por uma mulher; uma foi escrita por uma mulher e por um homem; e uma é reedição de 2011, que foi republicada na edição de novembro de 2017 e que não traz autoria. O gráfico a seguir apresenta as produções considerando as porcentagens:



Fonte: Pesquisa bibliográfica.

Com base no resultado do gráfico 3, talvez resida a explicação pela qual o gráfico 2 mostra que as reportagens, em sua maioria, abordam a identidade gay de maneira mais corrente. Considerar quem produz, como produz, para quê e quando se produz é tarefa necessária para não se reproduzir em ciência epistemicídios. Como afirma bell hooks (2020, p. 34), pensar é um ato, “Pensar sobre pensar, ou pensar conscientemente sobre ideias, é um componente necessário do pensamento crítico”. Portanto, quando lidamos com textos, lidamos com ideias escritas, e sobre elas queremos refletir criticamente. O corpo produz escrita que se torna a escrita do corpo. Um corpo macho – ou cismasculino – pensar corpos femininos não é ação desprovida de muitas diligências que se deve fazer. Às vezes, mesmo querendo pensar sobre outros corpos, outreridades díspares das minhas, surge uma impossibilidade discursiva, a qual nos relembra Carla Akotirene (2020) – na obra *Interseccionalidade*.

O lugar de fala, bem abordado na obra homônima de Djamila Ribeiro (2019) é conceito-chave para que compreendamos o corpo da escrita que advém da escrita social do corpo. Minha possibilidade de falar dos/as outros/as não é anulada pelo conceito de “lugar de fala”, mas é legitimada quando o meu lugar de fala, antes de tudo, é o lugar da escuta atenta. Sobre a reportagem cuja autoria classificamos como sendo de “homens e mulheres” é, na prática, produzida a partir da provocação de uma leitora – em duas linhas – sobre as regras de aposentadoria de pessoas transgêneras no Brasil e, respondida em 19 outras linhas por um autor homem. Se fôssemos calcular a porcentagem de escrita entre os dois, diríamos que a mulher foi autora de 9,8%, e o homem 90,2%.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

O que norteou este estudo foi a vontade de investigar como a população LGBTQIA+ era – ou não – representada na revista Superinteressante. Esse foi o nosso objetivo principal, e um secundário foi comparar os dados encontrados por nós com os dados colhidos e analisados por Maes e Tomio (2013). Isto fizemos em campo específico para os resultados e discussão; aqui, concluímos que os resultados obtidos neste estudo revela que a revista Superinteressante tem representado, de maneira escassa, a população LGBTQIA+ desde 2000. Até 2010, essa representação trazia termos pejorativos; a partir de 2016, percebemos uma mudança significativa na exclusão de tais termos. Somando os 10 anos analisados pelos pesquisadores já referenciados neste parágrafo, e mais os cinco anos analisados por nós, podemos afirmar que o periódico foco da pesquisa não produziu, em 15 anos, material expressivo nas suas edições mensais. Um número – somando os resultados das duas pesquisas – que não chega a 2%.

Constatamos que a maioria das reportagens não traziam como foco a discussão sobre a comunidade LGBTQIA+, mas esta era retrata dentro de um contexto maior, o qual fazia com que ela fosse citada, mas não focalizada. Porém, cabe ressaltar que não foi encontrado, como nas análises de Maes e Tomio (2013), termos negativos, depreciadores das identidades ora em debate. Isso consideramos um avanço, visto que no estudo anteriormente citado,

palavras como “homossexualismo” e outros termos que relacionavam a comunidade LGBTQIA+ à promiscuidade e à marginalidade foram encontrados. Muito pelo contrário, quando as siglas da comunidade apareciam em reportagens religiosas – caso das duas matérias que falavam da vida do Papa Francisco – havia uma preocupação do repórter em manifestar o descontentamento dos gays, ao menos, por não serem de fato incluídos nos lugares de poder e de capital simbólico da Igreja.

Por fim, refutamos a nossa hipótese de que o Programa Brasil Sem Homofobia (BRASIL, 2004) tenha causado impacto significativo na produção de informação qualificada e educativa sobre a população ora estudada na revista Super. Porém, os resultados alcançados nos mostraram que nada se abordou no período sobre o cenário político do Brasil, do ganho ou da perda de direitos da comunidade LGBTQIA+. Por fim, podemos dizer, ao menos, que o que tem sido produzido pela revista Super nos anos analisados, embora seja muito pouco se comparado ao universo de reportagens publicadas nas edições mensais do periódico, é respeitoso e, em grande parte, consoante com as pesquisas contemporâneas, e que visa tratar do tema de maneira honesta. Contudo, deixando de fora algumas identidades importantes para o debate social e os estudos contemporâneos de gênero: caso das identidades travestis e lésbicas.

## REFERÊNCIAS:

SAKAMOTO, Leonardo. “Escola Sem Partido”: doutrinação comunista, coelho da páscoa e papai Noel, 2016.

ABRIL. Revista Superinteressante. Disponível em: <http://www.publiabril.com.br/marcas/superinteressante/revista/informacoes-gerais>. Acesso em: 10 de fev. de 2022.

AKOTIRENE, C. Interseccionalidade. ed. 1°. São Paulo: Sueli Carneiro – Editora Jandaíra, 2020.

ALBAGLI, S. (1996). Divulgação científica: Informação científica para cidadania. Ciência Da Informação, 25(3). Recuperado de <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/639>. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/639>. Acesso em: 10/09/2021.

ALMEIDA, S. Racismo Estrutural. ed. 1°. São Paulo: Sueli Carneiro – Editora Jandaíra, 2021.

ALVES, E. D. A criação do programa Brasil Sem Homofobia: progresso e crítica. Entropia: revista do laboratório de movimentos sociais e mídia. Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, out., 2020. Disponível em: <http://www.entropia.slg.br/index.php/entropia/article/view/175>. Acesso em: 24/09/2021.

BRASIL, Ministério da Saúde. Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e Promoção da Cidadania Homossexual. 2004. Disponível em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil\\_sem\\_homofobia.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf)>. Acesso em: 19 mar 2019.

BUTLER, J. A vida psíquica do poder: teorias da sujeição. Tradução: Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação. Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

DANTAS, L. F. S. DECCACHE-MAIA, Eline. Divulgação Científica no combate às Fake News em tempos de Covid-19. Research, Society and Development. V. 9, n. 7, p. 1-18 jul., 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i7.4776>. Acesso em: 13/09/2021.

FANON, F. Pele Negra, Máscaras Brancas. Tradução: Sebastião Nascimento e colaboração de Raquel Camargo. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FERREIRA, V. R. Produções Feministas no Brasil: da modernidade à pós. Rio de Janeiro – Seropédica: Edur-UFRRJ, 2022.

FOUCAULT, M. Microfísica do Poder. Tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006.

FREIRE, P. Educação Como Prática da Liberdade. ed. 29°. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

MENDONÇA, L. G. et al. A VOZ QUE CALA NEM SEMPRE CONSENTE: PERCEPÇÕES SOBRE VULNERABILIDADE DE GÊNERO COLETADAS PELO NUGED-SOMOS. Saúde.Com-Ciência ISSN: 2594-5890, [S.l.], n. 1, p. 43-54, dez. 2021. ISSN 2594-5890. Disponível em: <<https://revistascientificas.ifrj.edu.br/revista/index.php/saudeeconsciencia/articloe/view/1864/1274>>. Acesso em: 27 abr. 2022.

GODOY, A. S. Pesquisa Qualitativa: tipos e fundamentos. Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v.35, n.3, p.20-29 Mai/Jun. 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/ZX4cTGrqYfVhr7LvVyDBgdb>. Acesso em: 12/12/2021.

HOOKS, b. Ensinando Pensamento Crítico: sabedoria prática. Tradução: Bhuvi Libanio. São Paulo: Elefante, 2020.

JUNIOR, S. W. P. G.; CARVALHO, Felipe da Silva P.; POCAHY, Fernando. Corpo, gênero, e sexualidade nas práticas-saberes de uma educadora da Baixada Marítima: notas de uma cartografia-encontro. In: POCAHY, Fernando; CARVALHO, Felipe R. C.; JUNIOR, Dilton R. C. (Orgs). Gênero, sexualidade e geração. Aracaju: EDUNIT, 2018.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de Andrade. Fundamentos de metodologia científica: Técnicas de pesquisa. 7 ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

LÜDKE, M. ANDRÉ, Marli E. D. A. Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas. 1 ed. – São Paulo: EPU, 1986.

MAES, M. E. TOMIO, Daniela. A divulgação científica sobre orientação e diversidade sexual: características das informações veiculadas pela revista superinteressante. Interfaces da Educ. Paranaíba. V. 3, n. 7, p. 21-36 maio/ago., 2013. Disponível em: <https://www.academia.edu/5954020>. Acesso em: 15/09/2021.

NARDI, H. C. QUARTIERO, Eliana. Educando para a diversidade: desafiando a moral sexual e construindo estratégias de combate à discriminação no cotidiano escolar. Sexualidad, Salud, Sociedad: revista Latinoamericana. Argentina, n. 11, ago., 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/R5yj8sS5khtBxVRXZPYgK8H/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 23/09/2021.

NASCIMENTO, L. Transfeminismo. ed. 1°. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NASCIMENTO, M. Masculinidades e relações de gênero em contextos escolares. In: MACEDO, Elizabeth. RANNIERY, Thiago (Orgs.). Currículo, sexualidade e ação educativa. ed. 1°. Petrópolis - Rio de Janeiro: DP et Alii, 2017.

OLIVEIRA, M. R. G. de. O diabo em forma de gente: (R)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação. Curitiba: Prismas, 2017.

PARKER, R. Abaixo do equador: Culturas do desejo, homossexualidade masculina e comunidade gay no Brasil. ed. 1°. Rio de Janeiro: Record, 2002.

POCAHY, F.; CARVALHO, Felipe R. C.; JUNIOR, Dilton R. C. (Orgs.) Gênero, sexualidade e geração. Aracaju: EDUNIT, 2018.

RIBEIRO, V. M. Apresentação. In: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação (Orgs.). A ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso. ed.: 1°. São Paulo: Ação Educativa, 2016.

RODOVALHO, A. M. Cis By Trans. Revista Estudos Feministas [online]. 2017, v. 25, n. 1 [Acessado 21 Abril 2022], pp. 365-373. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n1p365>>. ISSN 1806-9584. <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n1p365>.

SANTOS, R. J. Poética da diferença: um olhar queer. ed. 1°. São Paulo: Factash Editora, 2014.

SILVA, A. P. R. da; MOREIRA, Jani Alves da Silva. Revista Eletrônica de Educação. Nº. 10, jan./jul. de 2012. Disponível em: Políticas Educacionais no Programa Brasil sem Homofobia Primeiras aproximaçõesx (forumeja.org.br). Acesso em: 24/09/2021.

SILVA, L. R. N. da; SANTOS, Ana Lúcia Dias dos. Dossiê Corpos Negros LGBTQIAP+ em trânsito na política brasileira. Revista África e Africanidades. [S.l.], v. 1, n. 40, p. 1-62, 2021.

SILVA, Luciano Marques da et.al. O X da questão: direitos humanos e a população LGBTI+ em uma escola da Baixada Fluminense. In: JÚNIOR, Jonas Alves da Silva. SALES, Sandra Regina. SILVA, Tiago Dionisio.

Souza, K. R., Kerbauy, M. T. M. (2017). Abordagem quanti-qualitativa: superação da dicotomia quantitativa-qualitativa na pesquisa em educação. EDUCAÇÃO E FILOSOFIA, v.31, n.61, p: 21–44. <https://doi.org/10.14393/REVEDFIL.issn.0102-6801.v31n61a2017-p21a44>.

TREVISAN, J. S.. Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da Colônia à atualidade. ed. 4°. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

